

Artículo de investigación

As políticas públicas no desenvolvimento territorial do Município de Cerrito/RS/Brasil

Camila Oliveira Baptista^{1*}; Jussara Mantelli^{2**}

¹Estudos Agrários e Culturais e Centro de Agroecologia

*E-mail: camilaobaptista@outlook.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**E-mail: jussaramantelli@furg.br

Recibido: 11/03/2024; Aceptado: 10/06/2024; Publicado: 22/07/2024

Resumo

Este artigo pretende demonstrar como as políticas públicas atuam no desenvolvimento territorial do Município de Cerrito, no estado do Rio Grande do Sul/Brasil. De acordo com os dados censitários de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município é composto por uma população de 5900 habitantes. As principais políticas públicas que atendem a agricultura familiar no âmbito da inclusão produtiva são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Bolsa Juventude Rural. As análises partiram de levantamentos de dados primários com questionários no formato virtual e secundários com levantamentos e representações de dados censitários realizados pelo IBGE, Diário Oficial do Estado (DOE) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Os resultados e avaliações dos programas permitiram destacar o fortalecimento dos pequenos produtores do município que se dedicam a uma produção alimentar diversificada; promoção da soberania e segurança alimentar dos beneficiados pelas políticas públicas; Atendimento das demandas da produção por parte dos gestores dos programas; incentivo à permanência dos jovens no campo, possibilitando a continuidade e reprodução da agricultura familiar.

Palavras chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Políticas Públicas

Public policies in the territorial development of the Municipality of Cerrito/RS/Brazil

Abstract

This article aims to demonstrate how public policies act on the territorial development of the Municipality of Cerrito, in the state of Rio Grande do Sul/Brazil. According to 2022 census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the municipality has a population of 5900 inhabitants. The main public policies that serve family farming within the scope of productive inclusion are the Food Acquisition Program (PAA), the National School Meal Program (PNAE) and the Rural Youth Grant. The analyzes were based on primary data surveys with questionnaires in virtual format and secondary data with surveys and representations of census data carried out by IBGE, Official State Gazette (DOE) and Technical Assistance and Rural Rxtension Company (EMATER). The results and evaluations of the programs highlighted the strengthening of small producers in the municipality who are dedicated to diversified food production; promotion of food

sovereignty and security for those benefiting from public policies; Meeting production demands by program managers; encouraging young people to remain in the countryside, enabling the continuity and reproduction of family farming.

Keywords: Family Farming; Rural Development; Public Policy

1. Introdução

O espaço rural vem sendo marcado por inúmeras transformações que interferem não só nos modos produtivos, nas bases técnicas, como também na dinâmica das sociedades rurais. Os espaços rurais executam diferentes funções em contínuo desenvolvimento que ao longo dos processos vão se transformando e se adequando às demandas do espaço rural através dos diferentes atores e setores produtivos do campo. Sendo assim, para promover o desenvolvimento dos territórios rurais é imprescindível avançar no tema das políticas públicas.

A modernização da agricultura, a industrialização do campo e os incentivos por parte do Estado para promover a agricultura no âmbito empresarial, trouxeram tanto para o campo como para as cidades exclusão de uma parcela significativa de pessoas, pois os incentivos visavam privilegiar os grandes produtores ou os com maior capacidade técnica de produção. A população rural migrando para as cidades em busca de melhores condições de vida e sobrevivência e as cidades demandando mão de obra, para desempenhar as atividades urbanas em expansão, invertem a lógica da localização geográfica, tornando o espaço urbano cada vez mais adensado e o rural com redução contínua da população.

Neste processo de industrialização, o Brasil passa de um país importador, para um país que atende a demanda interna e ainda ingressa no mercado mundial como exportador em diversos segmentos de produção primária. Os efeitos da grande produção, do *agrobusiness*, se mantêm expressivo principalmente pelo poder político, intrínseco a “chamada bancada ruralista” no legislativo brasileiro, tanto no Senado quanto na Câmara de Deputados, na liberação de defensivos agrícolas, nas patentes das grandes produtoras de sementes, entre outros aspectos relacionados a grande produção, com resultados impactantes principalmente nos setores sociais e ambientais.

Como aponta Veiga (2000) em meados dos anos de 1960 as políticas de governo foram voltadas para a modernização e industrialização da agricultura visando as grandes propriedades a partir do crédito subsidiado, investimento a fundo perdido para infraestrutura e sistemas de comercialização via instituição. Essa nova visão e formas de agricultura excluiu um grande número de produtores e como consequência, grande parte da força de trabalho do campo se dirigiu para as periferias urbanas, ocasionando um crescimento desordenado das cidades e provavelmente tenha dobrado ou triplicado o índice de pobreza e destruição ambiental. Segundo Oliveira (1991) o capital cria e recria condições para que através da sua produção possa haver novos capitalistas no meio. Esses efeitos podem ser vistos no caso da produção da soja e a sua crescente safra após safra batendo recordes de produção. Ainda o autor ressalta a expansão violenta das monoculturas de exportação em detrimento da agricultura familiar que produz alimentos para o abastecimento do mercado interno.

Delgado (1985) faz uma divisão para caracterizar o momento de transição da modernização da agricultura, sendo que o primeiro ponto que dá início a esse movimento é a mudança da base técnica da agricultura brasileira em conjunto com o Complexo Agroindustrial Brasileiro – CAI. Essa mudança representa a menor dependência do ciclo natural da agricultura, diminuição da força de trabalho com a mecanização das lavouras e uma agricultura articulada em forma de cadeia de

'produção, antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. O segundo ponto caracteriza-se pela intensa urbanização e aceleração do emprego não agrícola e conseqüentemente a necessidade da demanda de produtos agrícolas para abastecimento dos grandes centros urbanos e por fim. O terceiro ponto marcante na modernização é a relevância e a visibilidade do crédito rural que ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, cujo objetivo através do seu acesso é a participação no projeto desenvolvimentista, industrializador e modernizador do Brasil.

As transformações ao longo do tempo sobre um determinado espaço causam alterações nas relações sociais e na base dos sistemas de produção. Para Santos (2008):

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. A paisagem é o resultado cumulativo desses tempos (e do uso de novas técnicas). No entanto, essa acumulação a que chamamos de paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local não só as diferentes velocidades como também as diferentes direções. [...], por conseguinte a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções através do tempo. (Santos, 2008, p. 68)

Segundo Silva (1982, p. 126) “as transformações porque passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital”. Dessa forma, pode-se dizer que o Brasil vem acompanhando a ordem global do sistema capitalista, na produção de commodities, para atender o mercado internacional. Evidencia-se essa situação com o aumento exponencial da soja que ano após ano vem batendo recordes de exportação. Houve em meados de 1950 por parte do governo brasileiro um propósito de modernizar a agricultura com a criação de diversos órgãos para pesquisa, assistência técnica e crédito através das EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1995 a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Mesmo com os avanços do SNCR, criação do crédito para a agricultura familiar através do PRONAF, foram avanços não suficientes para minimizar os problemas do campo e a questão da pobreza rural. Segundo o relatório Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano de 2022 aponta que a pobreza apresenta maior destaque nos espaços rurais do Brasil. Anterior ao período da pandemia estimava-se que 52% da população rural vivia em situação de pobreza enquanto em áreas urbanas esse percentual representava 12%, medidos por critérios multidimensionais pelo Ministério da Cidadania.

Ao analisar essas questões para promover o desenvolvimento rural citamos Navarro (2001) que visa alertar sobre o conceito de desenvolvimento rural, pois, ao longo do tempo atrelado com as conjunturas do momento e pelos novos condicionantes econômicos e sociais vão se alterando para se adequar as novas demandas. Entre as novas demandas se destaca a necessidade de realizar o desenvolvimento rural adequado a modelos sustentáveis, com a ênfase da crise climática global. Mas nos últimos anos no Brasil bem como no mundo todo há uma visão neoliberal, de globalização, uma redução por parte do Estado, o chamado Estado Mínimo de Direito que atrelado as privatizações se somam como grandes entraves para o desenvolvimento rural.

Essa pesquisa justifica-se pela relevância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar através de inúmeras demandas, como crédito rural, mas de forma mais específica desse trabalho, os mercados institucionais e a Bolsa Juventude Rural. Conforme os dados do Censo

Agropecuário dos anos de 2006 e 2017 a agricultura familiar na área de estudo diminuiu 43,80%. Em 2006, Cerrito contava com 838 estabelecimentos vinculados a agricultura familiar e passou para 471, enquanto a agricultura não familiar aumentou cerca de 9%, seguindo o padrão do Rio Grande do Sul.

A Agricultura Familiar é responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros, além de contribuir para o desenvolvimento local e com o manejo do ambiente de forma sustentável dentro de suas propriedades. Também é relevante na geração de emprego e renda no meio rural, produção de alimentos e segurança alimentar. Outro aspecto fundamental que a agricultura familiar representa para o campo é a sua multifuncionalidade, onde dentro de uma propriedade pode haver diversidade produtiva, industrialização caseira, artesanato, mão de obra como diarista, entre outros. Porém, alguns pontos precisam de maior atenção como o envelhecimento da população do campo, tendo em vista a idade média dos habitantes. Quanto maior essa média, significa a evasão do jovem desses locais e menor a taxa de natalidade. Para pensar no futuro da agricultura familiar, na diversidade de alimentos é necessário aprofundar e investir na juventude. Ao longo dos anos os hábitos alimentares vêm cada vez mais diminuindo a diversidade de alimentos. Segundo dados da FAO, em 2015 foi estimado que conhecemos apenas 20% das espécies de plantas vivas no planeta, e consome-se apenas 0,06% e, no caso nacional, estima-se que entre 10-20 espécies estão presentes da dieta alimentar dos brasileiros.

As Políticas Públicas são motivadoras pela busca do desenvolvimento das sociedades com incentivo do Estado e da sua política de governo. Desse modo é importante analisar as políticas públicas na ótica do desenvolvimento dos territórios rurais da agricultura Familiar. Segundo Camargo *et al* (2013) apesar das limitações e por não atender ainda uma parcela significativa da agricultura familiar, as políticas públicas permitem o reconhecimento e o fortalecimento dessa atividade como produtora de alimentos de qualidade atrelados ao conceito de segurança alimentar como também no desenvolvimento econômico integrado a outros setores da sociedade. Se expressam também na inclusão e legitimação da agricultura familiar.

Em meados da década de 1990 segundo Schneider (2010) as políticas públicas no âmbito do desenvolvimento rural passaram por reestruturações calcadas nas transformações políticas, econômicas e sociais na esfera da reforma agrária, crédito para agricultura familiar, apoio aos territórios rurais e estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados, públicos especiais como, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e indígenas. Como aponta Cardona *et al* (2016) com as transformações acarretadas pelos avanços tecnológicos para a produção primária passa-se a considerar o desenvolvimento rural como um conjunto complexo e abrangente de ações articuladas que tem como objetivo mudanças de cunho geral em um ambiente social onde através do acesso às políticas públicas as unidades familiares possam se enquadrar nas demandas que vem em conjunto com o avanço das técnicas.

Com a baixa visibilidade dos agricultores familiares frente ao modo de produção capitalista, inclusive no âmbito das políticas públicas como o acesso ao crédito e a terra, ainda os pequenos agricultores possuem limitações ao se reproduzirem no meio rural devido aos altos custos de investimento para o acesso às novas tecnologias, terra e acesso a mercado. É um entrave para agricultura familiar como reflexo desse problema na década de 1980, o êxodo rural, pois as cidades demandavam mão de obra para fazer frente a industrialização brasileira, o pequeno agricultor era praticamente invisível, com pouco acesso a informações e condições de sobrevivência.

Segundo Rua (2009) a política pública envolve tomadas de decisões multifacetada com envolvimento de vários atores para corroborar com os entraves da desigualdade social e solucionar determinado problema. São consideradas pela autora conteúdos e ações concretas que são orientadas para a coletividade e para o interesse público. Tem como intuito uma soma de execuções articuladas pelos

governos para qualificar o modo de vida dos cidadãos e para serem implementadas dependem de 4 aspectos principais como político, institucional, técnico e financeiro. Há mais de três décadas vem sendo discutidas e criadas alternativas para a agricultura familiar e ainda é recorrente a pobreza rural e a evasão da população do campo.

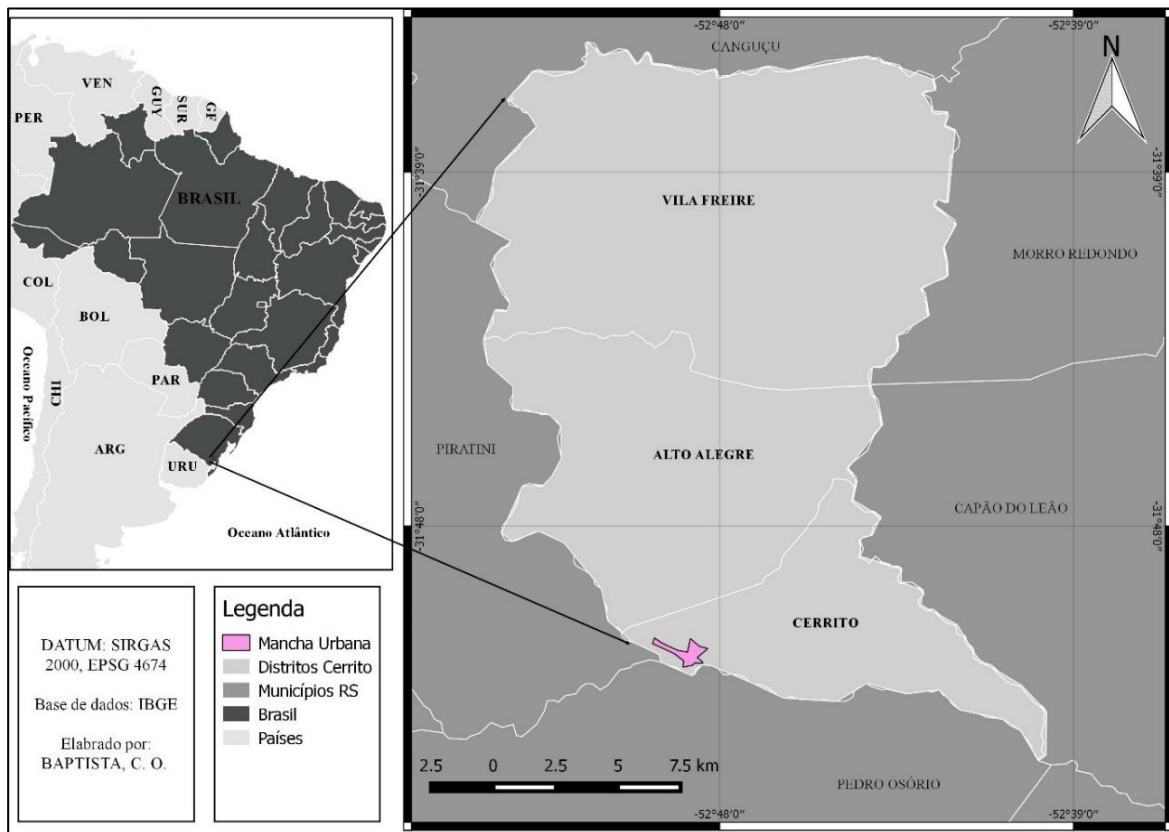
As políticas públicas colaboram para o desenvolvimento territorial e para o estudo do município foram analisadas três políticas públicas com destaque: Bolsa Juventude Rural, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional da Alimentação Escolar. Pode-se considerar essas políticas no âmbito da inclusão produtiva, com objetivo de trazer alternativas para as famílias de baixa renda e novas formas de produção, inclusive com complementação da matriz produtiva, através do acompanhamento com assistência técnica e aumento da geração de renda. Proporcionando a essas unidades de produção, renda justa e garantia de comercialização, reduzindo os principais problemas externos à produção da agricultura familiar como: a comercialização, o preço pago pelos atravessadores e pela variação de demanda, uma vez que as quantidades, a produção, os preços e período, são pré-estabelecidos pelos programas ao longo do ano.

O Município de Cerrito possui uma população de 5.808 habitantes com densidade populacional de 12,86 por km². Segundo os dados do Censo de 2017 do IBGE, Cerrito conta com 651 estabelecimentos agropecuários, 35% menos estabelecimentos comparados ao Censo de 2006. Tem sua economia voltada para o setor agropecuário. Em 2020, segundo resultado de pesquisa exploratória com a Prefeitura Municipal, a receita do município referente a atividade primária foi em torno de 66% do fundo de participação dos municípios, 13% do gado de leite e em torno de 15% da pecuária de corte. De 2010 a 2022 a área plantada de soja no município cresceu mais de 100%. Em contraponto à agricultura familiar em Cerrito representa 72,35% dos estabelecimentos agropecuários segundo o IBGE, corroborando para o olhar dessa pesquisa.

Os objetivos para buscar essas respostas foram analisar e organizar a evolução das políticas públicas através dos mercados institucionais, o PAA e PNAE em Cerrito; compreender o funcionamento da bolsa juventude rural no município e por fim entrevistar jovens que receberam o auxílio do estado para incentivar a permanência do jovem no campo, além de traçar um panorama sobre essa realidade.

O Município de Cerrito (figura 1), está localizado no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na latitude 31°51'23" sul e longitude 52°48'46" oeste. Limita-se com os Municípios de Capão do Leão, Morro Redondo, Piratini, Canguçu e Pedro Osório. Possui uma área de 451,9 km² e 6.402 habitantes segundo IBGE (2010). Possui a economia voltada ao setor agropecuário tendo como maior expressão a produção leiteira com criação de gado da raça Jersey e produção de matriz leiteira reconhecida por sua categoria genética produzindo leite de boa qualidade. Constituído por pequenas propriedades rurais e minifúndios, destaca-se a produção de milho, soja, arroz e gado de corte. O Município é formado por três distritos, sendo o primeiro a sede urbana, o segundo denominado Alto Alegre e o terceiro Vila Freire. Cerrito, é um Município que tem 75% da renda advinda da atividade primária.

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo.

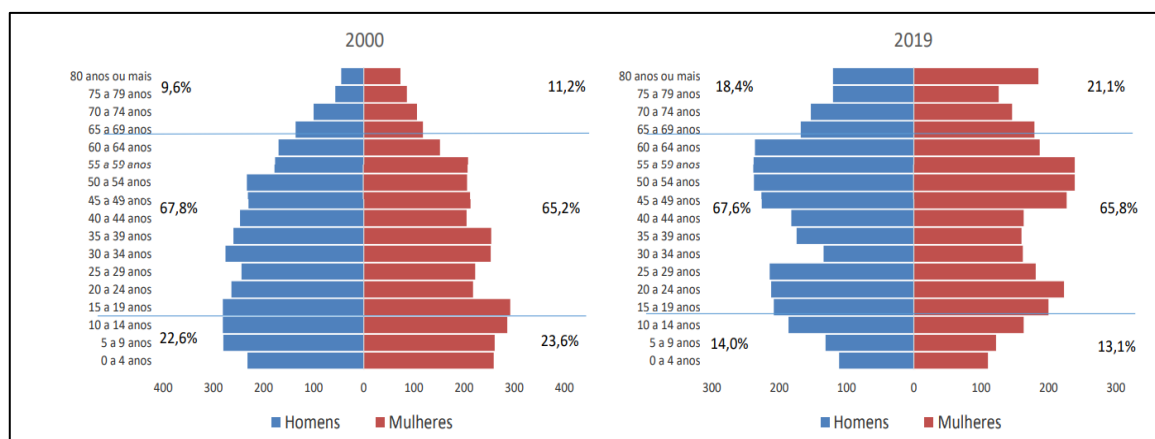


Fonte: Elaborado por, Baptista, C. O. 2019.

O Município de Cerrito está situado no Escudo Uruguaio Sul Rio-Grandense, na unidade estrutural do Planalto Sul Rio-Grandense, mais especificamente nos Planaltos Rebaixados Marginais, a uma altitude de 50 metros, sob os terrenos cristalinos do Escudo. Segundo Telles (2002) estes terrenos são constituídos em grande parte por rochas magmáticas intrusivas, rochas metamórficas, rochas geradas a partir da dinâmica interna da terra. O relevo do Município apresenta as seguintes formas: plana 10 %, ondulada 63 %, montanhosa 27 %, com uma declividade média entre 5 e 8 % (EMATER, 1997). A sede municipal de Cerrito está a 13 m acima do nível médio do mar. Os solos do Município têm predominância franco-arenosa, com baixos índices de matéria-orgânica.

A população do Município segundo o perfil das cidades gaúchas do SEBRAE com pode-se observar na figura 2 aponta um aumento de um pouco mais de 90% dos anos de 2000 para 2019 da população idosa, uma estabilidade relativa da população adulta e jovem e uma queda de em torno de 40% da faixa etária que abrange as crianças e representa a natalidade. Sendo assim, torna-se imprescindível analisar essa manutenção, o crescimento do envelhecimento da população do campo, a queda da natalidade e a estabilidade relativa da população adulta para o futuro da agricultura familiar, da produção de alimentos para o abastecimento do país, da população rural e da geração de emprego e renda em torno desse segmento.

Figura 2. População Residente 2000-2019 Cerrito - RS



Fonte: Perfil das cidades Gaúchas SEBRAE.

2. Materiais e métodos

Os materiais e métodos utilizados tornaram possível cumprir com os objetivos da pesquisa. O espaço amostral se restringe ao Município de Cerrito que está localizado ao Sul do estado do Rio Grande do Sul. A análise temporal inicia desde o processo de modernização da agricultura para compreender a dinâmica da produção ao longo do processo histórico, com ênfase a partir de 2013 quando se inicia a introdução das políticas públicas analisadas nesta pesquisa até a atualidade.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas para sustentar a pesquisa, procurando entender os conceitos de modernização da agricultura, desenvolvimento rural, sucessão rural, políticas públicas, segurança alimentar e território. Foram analisadas as políticas públicas no desenvolvimento territorial para o fortalecimento dos pequenos produtores, da agricultura familiar e da juventude rural. No que diz respeito as políticas referentes aos mercados institucionais foram realizados levantamentos de dados junto à EMATER e efetuado uma entrevista de caráter exploratório para compreender a situação do objeto de estudo analisando os dados ao longo dos anos, com os avanços, estagnações e retrocessos.

No que diz respeito a política pública voltada para a Bolsa Juventude Rural foi realizado uma pesquisa exploratória com informantes chave referente ao interesse da temática, nesse caso os Jovens do Campo. Buscou-se identificar se existem outros atores envolvidos, analisou-se aos casos de sucesso, ou seja, jovens que realmente aplicaram o valor da bolsa na sua propriedade e consequentemente já comercializam sua produção.

3. Resultados

Ao analisar as três políticas públicas mais evidentes para o desenvolvimento territorial rural baseado na inclusão produtiva no Município de Cerrito no Rio Grande do Sul, Brasil é importante destacar as mudanças frente ao modo capitalista de produção. O Município era conhecido pela sua matriz leiteira da raça Jersey, desde 2015, mas com a primeira crise da cadeia de produção do leite e posteriormente com impasses financeiros e o colapso da principal cooperativa que abrangia 80% do escoamento da produção leiteira desta localidade, levaram muitos agricultores a mudar seus sistemas de produção.

Quando se fala nesses agricultores que transformaram suas atividades rurais, se fala principalmente dos pequenos agricultores, de baixa renda. Buscou-se analisar essas políticas públicas no âmbito da

inclusão produtiva, na geração de renda e oportunidade da produção e comercialização, onde entende-se o processo de desenvolvimento territorial para além do aspecto econômico, ainda que o aspecto financeiro seja crucial quando se busca o desenvolvimento, mas em promover de forma multidimensional e horizontais com assistência técnica, geração de renda, segurança alimentar e o desenvolvimento local para o futuro de um determinado segmento nesse caso a agricultura familiar e a sucessão rural.

3.1. Bolsa Juventude Rural

O Programa Bolsa Juventude Rural é uma política pública do Governo do Rio Grande do Sul com orçamento da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAPDR atualmente Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR que tem por objetivo proporcionar a inclusão e a permanência do jovem no ensino médio e apoiar no âmbito produtivo os jovens rurais no campo através de um projeto que visa a permanência do jovem no meio rural. Esse programa denominado Bolsa Juventude Rural foi institucionalizado a partir da Lei Nº 14.373/2013 do Estado do Rio Grande do Sul que através do art. 1º Fica criado o Programa Bolsa Juventude Rural com a finalidade de incentivar a permanência e o retorno dos(as) jovens ao ensino médio e de criar condições para a permanência do(a) jovem no meio rural. No art. 2º tem como objetivo a democratização do acesso e a permanência dos jovem do campo ao ensino médio visa contribuir para a redução dos níveis de pobreza e de exclusão social dos jovens do campo. Era um recurso de 10 parcelas de 200 reais até 2022, em 2023 essa remuneração passou para 10 parcelas de 300 reais, disponibilizado aos jovens.

O propósito do Bolsa Juventude Rural é incentivar jovens de 15 a 29 anos que estejam regularmente matriculados no 2º ou 3º ano do ensino médio em escolas públicas estaduais ou em instituições educacionais com Pedagogia de Alternância. Essa é uma política pública muito importante que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, com a sucessão rural e a permanência do jovem no campo. Além do mais, a partir da implantação do projeto produtivo que alguns jovens realizam com o recebimento da bolsa e com a EMATER realizando assistência técnica para a produção, permite ao jovem ter acesso aos mercados institucionais, participando muitas vezes do PNAE e do PAA, contribuindo ainda mais com o desenvolvimento rural e visando também a segurança alimentar das pessoas que são atendidas por elas.

Essa é uma Política Pública exclusiva do Estado do Rio Grande do Sul vinculada as escolas de ensino médio ou vinculadas a educação do campo com parcerias como a EMATER - ASCAR. É importante destacar o papel da assistência técnica da EMATER- RS1 na maioria dos municípios onde há a habilitação para o recebimento do Bolsa ou há um número mais expressivo de jovens classificados. É esta instituição a responsável pela articulação, divulgação nas escolas, cadastramento dos jovens, meio de informação, na criação do projeto apresentado na seleção e principalmente na conversa com os membros da família para que em conjunto eles possam compreender a importância dessa política

¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

pública e a necessidade do espaço e envolvimento do jovem na propriedade para a sucessão familiar rural.

A partir de pesquisas exploratórias foi diagnosticado que os municípios com maior participação do programa são os mesmos que a EMATER é a entidade divulgadora e assistencial no auxílio dos jovens e de suas famílias. A Bolsa Juventude Rural é da SEAPI² antiga SEAPDR e FEAPER/ RS no DAFA – Departamento da Agricultura Familiar e Agroindústria. Foi analisado o programa a partir de 2018 quando Cerrito acessou esse benefício pela primeira vez, sendo que em 2017 o programa passou por uma reformulação. De 2013 a 2015 o programa era destinado a todos os jovens matriculados em escolas de família agrícolas e casas familiares rurais.

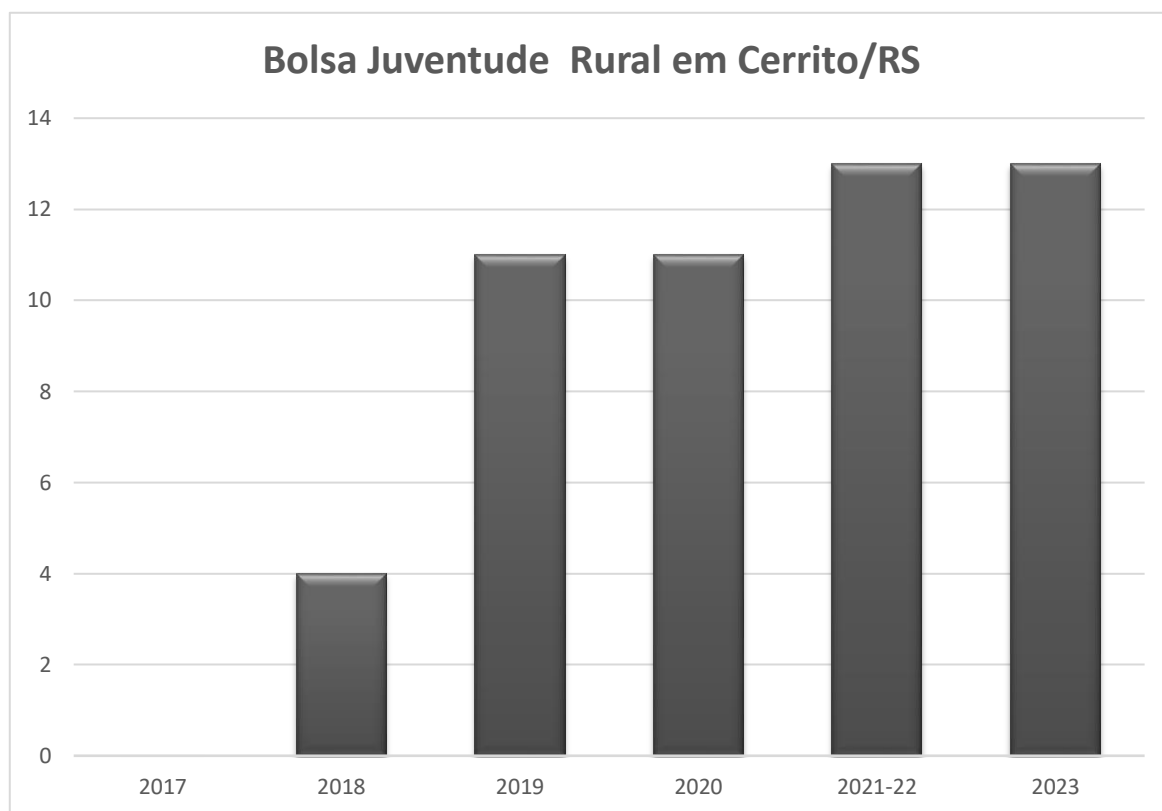
No caso de Cerrito, como resultado de pesquisas exploratórias com informantes chave, é concluído que não há uma mobilização da comunidade sobre essa política pública, sendo que por ser uma política estadual condizente com jovens matriculados nas escolas de ensino médio que são responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul ou voltados para educação do campo, as escolas poderiam ser mais efetivas para incentivar os alunos e como consequência promover uma melhor qualidade de vida para esses jovens.

No que tange ao número de bolsas disponíveis no RS nos anos 2020/21 era de 712 bolsas, sendo 291 efetivados e 1099 inscritos, ou seja, 40% do número total foi efetivado, havendo 154% de inscritos em relação ao número de bolsas disponíveis. Ao analisar os dados, de bolsas disponibilizadas, número de jovens inscritos e de habilitados percebe-se um entrave no âmbito das habilitações, sendo que os principais motivos de inabilitações em 2020 de 40% estão nos documentos referentes aos jovens e responsáveis, 25% referente a documentação escolar, 16% incoerências na DAP³ e 19% no anexo VII referente ao projeto produtivo. Foi destacado também a dificuldade que os jovens têm em relação a interpretação do edital e toda documentação exigida e complexidade de informações.

Em Cerrito a bolsa começou em 2018 com 6 jovens inscritos e 4 contemplados, em 2019 aumentou consideravelmente para 16 que se inscreveram e 9 contemplados e uma queda no número de inscritos de 15 jovens, porém aumentou o número de beneficiados para 11 bolsas em 2020, 11 contemplados, 2021-22 foram 13 jovens e 2023, 13 habilitados como pode ser observado no gráfico 01. E o processo de divulgação é realizado pela EMATER municipal onde os técnicos fazem a propagação do edital e realizam o cadastro de inscrição. Cerrito está em segundo colocado da região Sul em número de contemplados, ficando atrás somente do Município de Herval. Todos esses dados foram obtidos através de pesquisa exploratória e dados obtidos da própria EMATER de Cerrito e no Diário Oficial do Estado e na SDR.

² Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação.

³ Declaração de Aptidão ao Pronaf atualmente mudou em 2023 para CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

Figura 3. Evolução das Bolsas em Cerrito - RS de 2017 a 2023

Fonte: Diário Oficial do Estado, organizado pela autora.

Foi realizado uma pesquisa em 2020 com 4 jovens, número considerado qualitativamente importante para o tema sobre a relevância e a influência da bolsa jovem rural na perspectiva dos jovens que foram contemplados pela bolsa em anos anteriores. São jovens de 18 a 20 anos de idade, todas do sexo feminino e receberam a bolsa quando tinham 16 a 18 anos. Foi identificado que três que responderam ao questionário receberam a bolsa três vezes e a outra recebeu duas vezes. O fato de receber a bolsa por mais de uma vez é de grande relevância pois possibilita a expansão, a possibilidade de investimento, com isso garantindo mais ainda a fixação no campo, possibilitando uma renda e cada vez mais oportunidades.

No que diz respeito ao tipo de investimento as quatro respostas foram variadas, assim como é a agricultura familiar, possibilitando inúmeras possibilidades dentro da propriedade. Uma jovem investiu e criou uma horta para produção de hortaliças dentro da perspectiva agroecológica, outra investiu na leiteira da família, uma investiu em pastagem de verão e uma investiu em melhorarias na horta colocando tela sombrite etc. Referente a pergunta sobre o que mudou na vida a partir do recebimento da bolsa as respostas foram variadas, como mais responsabilidade, uma ótima ajuda para o projeto de hortas e possibilitou novas conquistas.

Um ponto extremamente relevante é o auxílio e envolvimento da EMATER municipal no âmbito da assistência técnica e extensão rural é que as jovens apontaram uma maior aproximação e envolvimento com a assistência técnica, gratuita e de qualidade possibilitando um desenvolvimento

sustentável das pequenas propriedades. Favorecendo assim uma visão mais integrada e modernizadora da agricultura, possibilitando o empreendedorismo no campo e um melhor desempenho da racionalidade contribuindo com o desenvolvimento das atividades exercidas. Referente as atividades agrícolas, todas apontaram não serem a única atividade de propriedade, todas integradas com a pecuária tanto leiteira quanto de corte. Todas responderam estar satisfeitas com a bolsa e com a renda que a bolsa proporcionou. Representando em muitos casos de 20 a 80% de renda da propriedade.

Merece destaque uma agricultora, jovem, que foi atendida pelo programa Bolsa Jovem Rural, que hoje destina a produção para o PNAE e PAA, que aos 17 anos recebeu a primeira bolsa e foi possível conseguir investir e se desenvolver no campo, com aquisição de sementes, tela e equipamentos para começar uma horta, entrou nos mercados institucionais, investiu na sua marca e começou a comercialização pelo e-commerce através das redes sociais, possibilitando investir posteriormente numa estufa aprimorando seu sistema de produção. Uma agricultora, mulher, jovem, de pequena propriedade, pobre, conseguiu investir na produção através dos incentivos oriundos do programa bolsa juventude rural e em conjunto com os mercados institucionais e com assistência técnica que incentiva produzir alimentos agroecológicos, contribui para o desenvolvimento sustentável local.

3.2. O Programa Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado em 2003, através da Lei Nº 10.696/03 e tem como objetivos, promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar com propósito integrar a população local em situação de insegurança alimentar atendidos pela rede de assistência social e os agricultores calcados na segurança alimentar e nutricional e no desenvolvimento local.

O meio de adquirir os produtos oriundos da agricultura familiar e destinar as famílias em vulnerabilidade se dá a partir dos mercados institucionais que são importantes para a visibilidade, desenvolvimento econômico e social a partir das compras através das instituições federais, estaduais ou municipais. No caso do Rio Grande do Sul essa organização se dá a partir da EMATER e geralmente com as prefeituras, que está presente em todos os municípios do estado onde são responsáveis pela divulgação e a seleção ou convite aos produtores.

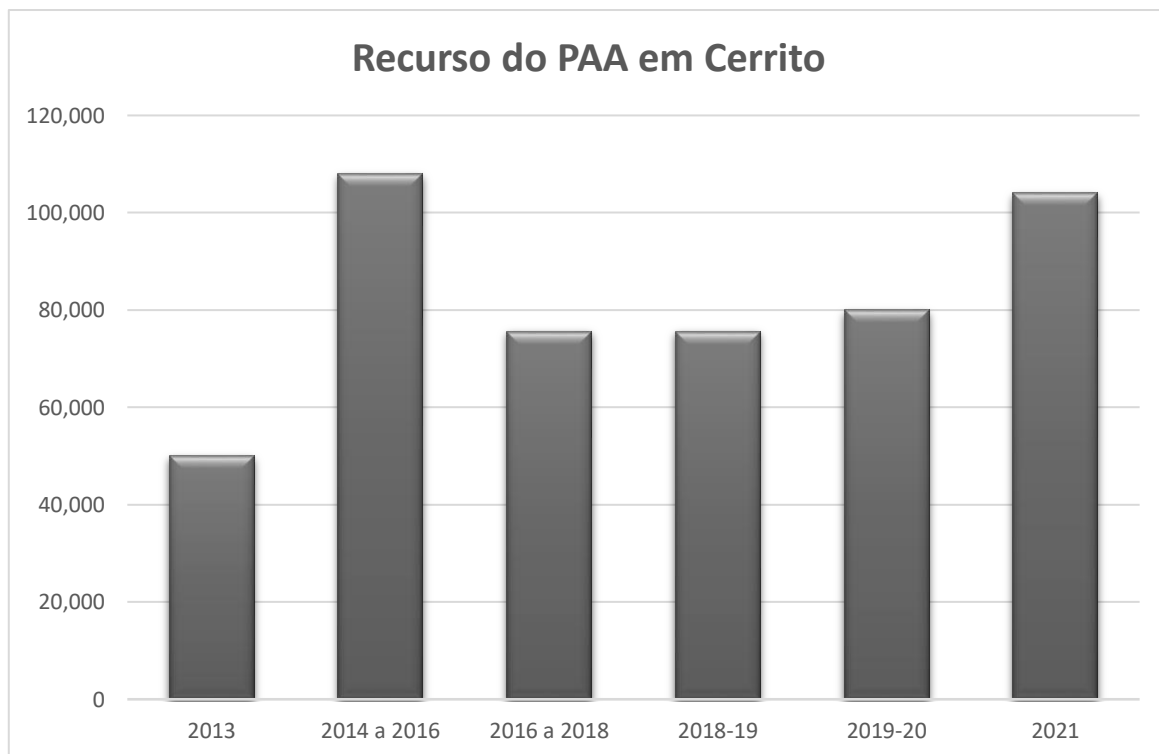
No início da implantação, o programa tinha um objetivo de preços mínimos, garantia de renda ao produtor e conseqüentemente fornecer a população de risco, na linha da pobreza e extrema pobreza, alimentos de qualidade, com as bases do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. São muitas as vantagens dessa compra institucional entre elas, a garantia de comercialização de forma organizada; preço justo pago ao agricultor; a proximidade entre o produtor e o consumidor ao promover a segurança alimentar proporcionando o consumo de alimentos de qualidade conforme as condições naturais locais; qualidade de vida dos consumidores e o fortalecimento da economia local.

O PAA tem cinco modalidades dentre elas: compra direta da agricultura familiar, compra com doação simultânea, apoio a formação de estoque pela agricultura familiar, incentivo à produção e

consumo de leite para os estados do Nordeste e Minas Gerais e a compra institucional. Com a mudança de governo, ano após ano houve uma perda significativa de valores destinado a essa política pública chegando a anular os recursos para o PAA em 2021-22. Assumindo o governo com nova postura frente a valorização da agricultura familiar, em 2023, já houve um resgate do programa. Foi celebrado os 20 anos do PAA em 2023 atrelado a essa retomada a partir de uma lei, LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023, onde se objetiva um mínimo de 30% das compras públicas de alimentos ser destinado a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Em 2021 o Governo federal extinguiu o PAA por outro tipo de programa com similaridades, denominado Programa Alimenta Brasil que teve quedas significativas tanto em recurso disponibilizado e conseqüentemente em agricultores e sociedade de baixa renda beneficiados.

Na área de estudo, o PAA sempre teve grande destaque referente a outros programas, no caso de Cerrito a modalidade acessada é compra com doação simultânea. Teve início o primeiro projeto em 2013 na área de estudo. No primeiro ano 6 famílias eram beneficiadas e hoje um total de 50 famílias que desfrutam desse programa em torno de 30 mil reais que são distribuídos para os agricultores ao adquirir os produtos.

Figura 4. Volume de recurso oriundo no PAA em Cerrito, RS, BR.



Fonte: Dados obtidos em pesquisa com EMATER, organizado pela autora.

Nos anos de 2022 devido a políticas de governo, houve um anulamento do PAA, impactando nos agricultores familiares e famílias de baixa renda em todo Brasil e conseqüentemente em Cerrito. Dessa forma, o governo municipal em conjunto com a EMATER municipal criou em 2023 um programa com os mesmos objetivos, denominado de Programa Alimenta Cerrito - PAC. Essa política

pública municipal conta com recursos próprios do município em 2023, com um montante de R\$15.000,00 com 20 agricultores que produzem diversos produtos como hortaliças e frutas, tendo como principal produto da localidade o pêssego. Esse projeto atende 130 famílias que estão cadastradas no núcleo da assistência social municipal. Para o ano de 2024 a previsão do montante é em torno de R\$50.000,00 entre emendas e recursos do executivo municipal podendo atingir mais R\$154.000,00 oriundos de consulta popular, mas ainda sem previsão desse montante maior.

O programa teve início com 8 agricultores destinando a sua produção para atender 50 famílias em situação de vulnerabilidade social, foi evoluindo ao longo dos anos chegando a 35 agricultores destinarem sua produção para atender 300 famílias. O PAA gerava renda para 7,4% dos agricultores familiares do município com essa importância a necessidade da prefeitura em criar um programa paralelo para minimizar a ausência do mesmo devido as questões políticas e orçamentarias dispostas pelo governo federal.

3.3. O Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Merenda Escolar - PNAE foi criado em 2009 pela Lei 11.947 e oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa aos estados, municípios e escolas federais, recursos de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada etapa da rede de ensino. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A partir da nova resolução do PNAE, o mesmo visa garantir a aquisição de mais frutas, legumes e a obrigatoriedade de fontes de ferro e restringe produtos como embutidos, empanados, pratos prontos, produtos em conserva, biscoitos, margarina, bolos etc. Cabe destacar que para além do objetivo da alimentação saudável e adequada o programa busca respeitar a cultura local, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, respeitando as condições geográficas de cada município.

No caso de Cerrito uma das limitações no caso do PNAE elencado foram as nutricionistas em termos de cumprimento de contrato, difícil adaptação com a demanda da produção e a disponibilidade sazonal dos produtos. O primeiro acesso ocorreu em 2010, segundo a EMATER a média em termos de valor é R\$20000,00 por ano, no período da pandemia caiu para R\$ 6000,00 ao ano, com mais ou menos de 10 a 12 famílias que destinam a produção para o programa. Em 2022 o valor foi de R\$18.777,90 para 5 escolas da rede municipal e 2 da rede estadual e nos anos de 2023 o montante de R\$15.728,17 para as mesmas 5 escolas da rede municipal e 1 estadual.

Em pesquisas exploratórias há um apontamento de falha e monitoramento, pois ocorre rigidez a partir do núcleo nutricionista para cumprir o contrato com a adaptação e a demanda a partir da sazonalidade e da localização geográfica. Um ponto bem interessante no caso de Cerrito foi que a

partir da legalização da agroindústria na produção de Mel e atualmente foi introduzido na merenda escolar o mel.

4. Conclusões

As transformações no espaço rural, nos sistemas de produção e nas atividades rurais ao longo do tempo, são essenciais para compreender a multidimensionalidade de possibilidades e projetar planos de desenvolvimento rural e políticas públicas, para o desenvolvimento das sociedades no espaço rural. A agricultura familiar é um segmento extremamente importante para a sociedade, na produção de alimentos e geração de emprego e renda. Com isso pensar no futuro dela é um caminho importante da sucessão rural, de novas oportunidades e possibilidades através das novas demandas, novas exigências e formas de comercialização.

Referente as Políticas Públicas, o Município de Cerrito enfrenta e busca manter o espaço já conquistado e trabalha para fortalecer e aumentar os beneficiados através do novo Programa Alimenta Cerrito, que visa minimizar os impactos com as limitações e recursos para poder continuar atendendo e fortalecendo a agricultura familiar do Município e a sociedade em situação de vulnerabilidade. Relacionado ao PNAE, um dos fatores limitantes dizem respeito as nutricionistas do Município, difícil adaptação a sazonalidade da produção, difícil adaptação da produção e da inexistência de uma escola voltada para a educação do campo na valorização da agricultura familiar. A Bolsa Juventude Rural, programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAPDR, é uma política pública que vem ganhando visibilidade do governo do estado. Vem aumentando consideravelmente o número de jovens atendidos e Cerrito é o segundo Município da zona Sul com maior expressão de jovens atendidos.

As políticas públicas são agentes transformadores nesse caso do espaço rural, proporcionando maior visibilidade ao agricultor, garantia de comercialização a preço justo através dos mercados institucionais, além de assegurar as famílias em situação de vulnerabilidade social, alimentos de qualidade a partir do conceito de segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento local. Visto que a partir da incorporação dessas políticas e do avanço das mesmas, proporcionando o aumento da diversificação da propriedade, como foi constatado em 2011 uma baixa e praticamente inexistente produção olerícola e frutícola em Cerrito. Todo esse processo auxilia diretamente na mitigação da migração campo-cidade e beneficia a sucessão rural, sendo uma problemática nos debates rurais. As políticas públicas ainda não atendem toda parcela que o Município demanda, mas é diagnosticado um aumento consideravelmente importante para o desenvolvimento da agricultura familiar local. Sendo assim, com a incorporação de novas bases técnicas, dos avanços tecnológicos e do acesso as políticas no processo de inclusão produtivo causaram e causam mudanças no espaço rural e como consequência do surgimento de novas ruralidades combinando as funções tradicionais no campo com o surgimento de novas funções. As alterações provocadas pela lógica capitalista da produção, a especialização da produção através das exigências, do ambiente institucional e da inserção e novas formas de tecnologia está ligada com os novos modos de vida e com a racionalidade do produtor em constante transformação. Essa modernização não chega em todos os espaços de forma simultânea, se dá em forma de processo, conforme as condições locais, interesses político-sociais e do próprio mercado.

Referências bibliográficas

Camargo Ral, Baccarin JG, Silva DBP. (2013) O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional. *Temas de Administração Pública*.

- Delgado, G. C. (1985) *Capital financeiro e Agricultura no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP/ Ícone. (c. 4).
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. (1997) *Estudo de situação de Cerrito*. Cerrito-RS.
- Oliveira, A. U. de. (2001) A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. – Coleção caminhos da geografia. Navarro, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, 15(43), pp. 83-100.
- Rua, M. d. G. (2009) *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.
- Santos, M. (2008) *Espaço e Método*. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Schneider, S. (2010) Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3 (9119), pp. 551-531.
- Silva, J. G. da. (1982) *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Veiga, J. E.. *A face rural do desenvolvimento*. 01. ed. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, v. 1.



Esta obra se encuentra bajo Licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0. Internacional. Reconocimiento - Permite copiar, distribuir, exhibir y representar la obra y hacer obras derivadas siempre y cuando reconozca y cite al autor original. No Comercial – Esta obra no puede ser utilizada con fines comerciales, a menos que se obtenga el permiso.